



ENTRE O COMUNICAR E O INTERAGIR: CONTRIBUIÇÕES EPISTÊMICAS DA SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL PARA A LINGUÍSTICA TEXTUAL¹

BETWEEN COMMUNICATING AND INTERACTING: EPISTEMIC CONTRIBUTIONS FROM INTERACTIONAL SOCIOLINGUISTICS TO TEXTUAL LINGUISTICS

Rodrigo Albuquerque²

RESUMO:

Tomando como ponto de partida a situação negligenciada (GOFFMAN, 1964) e a interação/ordem ritual (GOFFMAN, 1967, 1983), assim como as noções de *frame* (BATESON, [1972] 1987; GOFFMAN, 1974; TANNEN; WALLAT, 1987), *footing* (GOFFMAN, [1979] 2002), contexto (GOODWIN; DURANTI, [1992] 1997; VAN DIJK, 1977, 2012), comunidades de fala (HYMES, 1972a) e de práticas (WENGER, 1998), competências comunicativa (HYMES, 1972b) e interacional (KRAMSCH, 1986; YOUNG, 2008, 2011), pistas contextualizadoras (GUMPERZ, 1982) e metapragmáticas (SILVERSTEIN, 1979; SIGNORINI, 2008; BLOMMAERT, 2014), almejo, neste trabalho, propor, a partir do contínuo comunicar-interagir emergente de tais princípios teórico-analíticos, algumas projeções epistêmicas no âmbito da Sociolinguística Interacional para a Linguística Textual. Em suma, constatei que o debate em torno dos gêneros discursivos e do texto, e, em especial, dos princípios de construção do sentido teria um noção de interação mais adensada ao tomar para si a Sociolinguística Interacional como método e, ao mesmo tempo, tomar o gênero como a gênese da interação, o qual aciona *frames/footings*, e possibilita a construção de sentidos por meio das pistas contextualizadoras, assim como o aprimoramento da competência nos âmbitos comunicativos e interacionais de sujeitos inscritos em dada comunidade (de fala e de prática).

Palavras-chave: interação; contínuo comunicar-interagir; texto; gênero discursivo; princípios de construção do sentido.

¹ Esta produção é parte de uma pesquisa que apresentei no “IV Workshop em Linguística Textual: Texto e Interações digitais”, promovido pela Universidade Federal do Ceará (*on-line*, entre os dias 17 e 20 de maio de 2021).

² Professor Doutor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-5279-4311>

ABSTRACT

Taking as a starting point the neglected situation (GOFFMAN, 1964) and the interaction/ritual order (GOFFMAN, 1967, 1983), as well as the notions of frame (BATESON, [1972] 1987; GOFFMAN, 1974; TANNEN; WALLAT, 1987), footing (GOFFMAN, [1979] 2002), context (GOODWIN; DURANTI, [1992] 1997; VAN DIJK, 1977, 2012), communities of speech (HYMES, 1972a) and of practices (WENGER, 1998), communicative (HYMES, 1972b) and interactional (KRAMSCH, 1986; YOUNG, 2008, 2011) competences, contextualization cues (GUMPERZ, 1982) and metapragmatics (SILVERSTEIN, 1979; SIGNORINI, 2008; BLOMMAERT, 2014), I aim, in this work, to propose, from the emergent communicate-interact continuum of such theoretical-analytical principles, some epistemic projections in the scope of Interactional Sociolinguistics for Textual Linguistics. In short, I found that the discuss around discursive genres and text, and, in particular, the principles of meaning construction would have a denser notion of interaction, by taking Interactional Sociolinguistics to itself as a method and, at the same time, taking gender as the genesis of the interaction, which triggers frames/footings, and enables the construction of meanings through contextualizing clues, as well as the improvement of competence in the communicative and interactional spheres of subjects enrolled in a given community (of speech and practice).

Keywords: *interaction; continuous communicate-interact; text; discursive genre; meaning construction principles.*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: COMO A NOÇÃO DE INTERAÇÃO EMERGE DA LT

Para além de uma distinção tipológica (CONTE, 1977), a terceira fase da Linguística Textual³ (a partir daqui, LT) marcou um inegável giro epistêmico na noção de texto, a partir da virada pragmática, ao incorporar ao texto, perspectivado como unidade básica da interação/comunicação, um sujeito acional; e da virada cognitiva, ao conceber que toda ação (social) era acompanhada de processos cognitivos (KOCH, [2004] 2015, [2008] 2014). Ambas as viradas faziam emergir o atual enquadre epistêmico da área: uma LT de abordagem sociointeracional, sociocognitiva e pragmática, cujo nascimento se dá pela relação dialética entre as funções intercognitiva (sujeito/mundo) e intracognitiva (linguagem e outros processos cognitivos) (KOCH, [2004] 2015, [2008] 2014).

Colaborou, igualmente, com a emergência da terceira fase os sucessivos giros epistêmicos concernentes às mudanças de concepção de língua(gem), de sujeito e de texto/sentidos, situadas em três momentos. De uma concepção de língua(gem) como representação do mundo (em que o sujeito era o único responsável pelo sentido e o texto, mero veiculador da informação) a uma concepção de língua(gem) como instrumento de comunicação (em que o código anulava a agentividade do sujeito e o texto passava a ter centralidade), chegamos, no terceiro momento, ao equilíbrio entre sujeito e sistema (KOCH, [2002] 2015), por minimizar a soberania da materialidade do texto e, assim, considerar as redes de sentidos construídas por atores sociais sensíveis às pistas disponíveis nas tramas do texto.

³ A terceira fase (década de 1980), denominada “teorias do texto”, é antecedida pela análise transfrástica (década de 1960) e pela gramática de textos (década de 1970), as quais previam uma práxis de análise que, respectivamente, transcendiam os domínios frásticos e contemplavam regras gerais/universais para os domínios textuais.

Se texto é, em nossa perspectiva, “[...] o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, [2004] 2015, p. 44), ele passa a ser visto como **unidade de sentido em construção** por atores sociais estratégicos; e estes, por extensão, **(inter)locutores e (co)autores**, cujos parênteses reforçam a volatilidade e a dinamicidade dos papéis interlocutivos, na medida em que nos tornamos locutores-autores sempre provisórios.

A partir da explicitação de nossa posição epistêmica, almejo, como objetivo geral de pesquisa, propor, a partir do contínuo comunicar-interagir emergente dos princípios teórico-analíticos da Sociolinguística Interacional (a partir daqui, SI), algumas projeções epistêmicas para a LT quanto à noção de interação, tendo em vista que a abordagem sociointeracional sustentada, até hoje, pela LT poderia ganhar maior especificidade e, em certa medida, maior densidade teórico-analítica com as contribuições de uma área que, há tempos, se dedica a esse domínio, ao encontro do futuro que Koch ([2004] 2015, p. 164) visiona: para explicar o texto (uma entidade multifacetada), a LT vem buscando domínios multi- e transdisciplinares, a fim de “[...] intensificar cada vez mais o diálogo que já há muito vem travando com as demais Ciências [...]”.

Para tanto, este artigo apresenta, além das considerações finais, duas seções: na primeira, apresento os princípios teórico-analíticos da SI, bem como situo-os no contínuo comunicar-interagir; ao passo que, na segunda, analiso, em duas clássicas obras da LT – *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* (MARCUSCHI, [1983] 2012) e *Introdução à Linguística Textual: trajetórias e grandes temas* (KOCH, [2004] 2015) –, passagens que fazem, direta ou indiretamente, alusão a um paradigma interacional, a fim de propor algumas projeções epistêmicas da SI para a LT no que tange à noção de interação.

2 O LEGADO DA SI: ENTRE O COMUNICAR E O INTERAGIR

A SI, como área que “toma a interação como uma das categorias de análise dos fatos de linguagem, e não apenas o *locus* onde a linguagem acontece como espetáculo” (MORATO, [2004] 2007, p. 315), nascia já combativa ao pensamento linguístico anglo-saxão da década de 1960, o qual “desconsiderava as dimensões sociológicas e culturais da linguagem”, em uma perspectiva interdisciplinar que “aproximava os campos da Linguística, Antropologia e Sociologia” (FABRÍCIO, 2020, p. 11-12). Erving Goffman, Dell Hymes e John Joseph Gumperz inauguravam uma vertente cujo interesse se voltava para a “natureza sistemática e normatizada das interações face a face” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 145), mas que, sem dúvida, se aplica a outros estatutos interacionais, como as interações escritas e *on-line*.

2.1 O PERCURSO DA SEÇÃO

Para organizar os princípios teórico-analíticos da SI, partirei dos clássicos textos *The Neglected Situation* (GOFFMAN, 1964), *Toward Ethnographies of Communication* (HYMES, 1964) e *Discourse strategies* (GUMPERZ, 1982), os quais considero seminais para a área; e proporei, com base na organização de Ribeiro e Garcez (2002) e de Fabrício (2020), três blocos temáticos que tenham afinidade com a nossa proposta. Em paralelo, darei destaque ao contínuo comunicar-interagir, com vistas a, na próxima seção, trazer algumas contribuições para a LT.

2.2 “A SITUAÇÃO NEGLIGENCIADA”

Com sua visão vanguardista, Goffman (1964) denunciou, à época, a negligência a instâncias sociais presentes na fala, em detrimento do imperialismo epistêmico de paradigmas formais da linguagem, ao conceber que a fala – socialmente organizada – mobiliza “um funcionamento que transcende a dimensão linguística nos encontros sociais” (FABRÍCIO, 2020, p. 19).

Ao manifestar interesse não nos atributos da estrutura social (como idade, hierarquia etc.), mas nos valores agregados a estes, Goffman (1964) abria um portal para a emergência da SI, tanto por fazer menção aos encontros sociais e às dimensões que tais encontros, para além da linguística, abarcam; quanto por marcar maior interesse pelos valores agregados aos atributos sociais, consolidando-se como “uma vertente mais tardia da Sociolinguística Variacionista” (BORTONICARDO, 2014, p. 145). A interação, portanto, é a situação negligenciada (e denunciada), enquanto a comunicação, mais especificamente a comunicabilidade (a disposição para cooperar), parecia ser concebida como “uma característica inata dos homens, prescindindo, pois, de qualquer teorização mais específica” (MORATO, [2004] 2007, p. 319).

Ao nos sensibilizarmos para a importância do estudo da interação face a face e para a obscuridade dos limites analíticos, Goffman (1967) associa às propriedades rituais a territorialidade; destaca a presença de sinais verbais e não verbais na interação; e atribui importância tanto à descrição de unidades interacionais oriundas de dados empíricos quanto à descoberta da ordem normativa nessas unidades. Para tanto, Goffman (1967, p. 2) considera “relações sociais, pequenos grupos sociais, sistemas de comunicação e interação estratégica”, inspirando-nos, em termos de contínuo, a enxergar a dimensão comunicativa como um dos componentes da ordem normativa (sistemas de comunicação) que perpassa o campo do sinalizar (sinais verbais e não verbais), ao passo que a territorialidade, a construção de sentidos por sinais (não)verbais, as unidades interacionais e outros aspectos da ordem normativa integram uma dimensão interacional.

O debate relativo à noção de face, situado no primeiro capítulo da obra, relaciona-se, por completo, a esse conjunto de atributos do “ritual interacional”. Ao defini-la como o valor positivo (ou a imagem social) que os sujeitos reivindicam para si e para seus interlocutores, Goffman (1967) assume que o equilíbrio ritual decorre de instâncias subjetivas (a auto-imagem dos atores sociais) e intersubjetivas (o ritual interacional), o que, por si só, vincularia a teoria a um paradigma interacional, por trazer “[...] a ideia de ação conjunta (seja conflituosa, seja cooperativa) [...]” e permitir, como categoria de análise, “que se discutam pois, a qualidade e a circunstância da reciprocidade...” (MORATO, [2004] 2007, p. 316). A (des)valorização da face se associa, então, ao uso de sinais (não)verbais possíveis em nosso sistema comunicativo (e cultural), cujo sentido(s) emerge(m) tão somente na interação.

Goffman (1983) reitera sua preocupação em propor que a interação face a face se torne “um domínio analiticamente viável – um domínio que pode ser intitulado [...] a ordem interacional” (GOFFMAN, 1983, p. 2), entendendo “ordem”, além do que o termo pode evocar (algo “ordenado” ou normativo), como domínio de atividade, o qual prevê, em meu entendimento, desde as ações mais materiais, como gestos, tom de voz e pausas, às menos materiais, como ideologias e identidades, o que, evidentemente, transcenderia instâncias comunicativas.

Conforme Tannen e Wallat (1987), os *frames* interpretativos, de natureza interacional,⁴ são concebidos como enquadres psicológicos, que, em alusão à moldura de um quadro e a conjuntos

⁴ Embora Tannen e Wallat (1987) considerem o mesmo território epistêmico para os trabalhos de Bateson ([1972] 1987), de Goffman (1974) e das próprias, visono, nessa ordem, um contínuo entre o comunicar e o interagir.

matemáticos, são exclusivos-inclusivos (ao incluirmos dadas mensagens, outras são excluídas e vice-versa) e metacomunicativos (BATESON, [1972] 1987); e ganham um estatuto de enquadre interpretativo das ações sociais, que seleciona, consoante nossas intenções e perspectivas, nossas percepções (GOFFMAN, 1974).⁵ Visiono, aqui, uma ampliação epistêmica de um domínio comunicativo, cujo destaque é a compreensão (semântica) da mensagem em dado enquadre (BATESON, [1972] 1987), a um domínio interacional, cujo foco incide na interpretação (pragmática) das (inter)ações sociais (GOFFMAN, 1974).

A noção de *footing*, pouco tempo depois, ratifica uma perspectivização interacional, que, como desdobramento teórico da noção de *frames* (BATESON, [1972] 1987; GOFFMAN, 1974), trata “[d]o alinhamento, ou porte, ou posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal do participante [...]” (GOFFMAN, [1979] 2002, p. 113) no curso da interação, de modo que tais *footings* possam ser “[...] introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados [...]” (RIBEIRO; GARCEZ, 2002, p. 108), considerando-se, em uma esfera inegavelmente interacional, dimensões discursivas atinentes a identidades (quem sou eu e quem é o outro) e ideologias (como me vejo e como vejo o outro), que afetam a (as)simetria interacional.

Entre uma primeira dimensão de *frames* e o conceito de *footing*, Tannen e Wallat (1987, p. 207) assumem que “os enquadres emergem de interações verbais e não verbais e são por elas constituídos”, mas não desconsideram, da instância interacional, os esquemas de conhecimento (*frames* conceituais-semânticos), que se relacionam com as expectativas dos interagentes sobre pessoas, objetos, eventos e cenários. As autoras (1987), ao analisarem dada interação em uma consulta médica entre a pediatra, a criança, a mãe desta e um grupo de residentes, constatam que a especialista utilizava recursos distintos com os interlocutores (maternalês, relato técnico e registro convencional de conversa), alternava seu alinhamento (ora com a criança, ora com a mãe, ora com os residentes) e conduzia a interação com base na expectativa dos esquemas de conhecimento que cada um tinha.

Essa segunda dimensão de *frames* (interacional) é central em nossa proposição, por convocar tudo o que tratamos aqui anteriormente. A ordem (e o ritual) interacional prevê uma convergência entre *frames* conceituais (esquemas cognitivos – conhecimentos pressupostos – adquiridos na vida social), que se voltam, de modo geral, para a compreensão da mensagem; assim como *frames* interpretativos (nossas leituras sociais das ações interlocutivas) e interacionais (nossas negociações interlocutivas), e *footings* (nossas perspectivizações identitárias e ideológicas), que se voltam para ações (inter)subjetivamente negociadas. Assim, reitero haver uma composição (e não oposição) de *frames* semânticos e interacionais, ao conceber que esquemas cognitivos partilhados tornam-se a base para o mínimo entendimento mútuo na interação, e que, em contínuo, a interação demanda domínios semântico e comunicativo (dois domínios intracognitivos explicitados) e, propriamente, interacional (dois domínios intracognitivos e, de fato, um domínio intercognitivo). Ou seja, no primeiro caso, temos locutor e interlocutor; no segundo, interlocutores.

2.3 “EM DIREÇÃO À ETNOGRAFIA DA COMUNICAÇÃO”

Como segundo marco, surgia, entre as décadas de 1960 e 1970, a etnografia da comunicação, uma vertente que, assim como a Sociolinguística Variacionista, antecedeu a SI (BORTONI-

⁵ As contribuições de Bateson ([1972] 1987), ampliadas por Goffman (1974), se encaixam na categoria dos *frames* interpretativos, de natureza interacional (TANNEN; WALLAT, 1987), e, assim como a pesquisa de Tannen e Wallat (1987), não dizem respeito “apenas a um conhecimento estruturado em termos linguísticos e conceituais, e sim ao enquadramento social dos falantes na interação e aos regimes e práticas sociais” (MORATO, 2010, p. 94).

RICARDO, 2014), com duas preocupações iniciais:⁶ relacionar contribuições da linguística, da psicologia, da sociologia e da etnologia, a fim de se “investigar diretamente o uso da linguagem em contextos de situação”; e situar a comunicação como quadro de referência “no qual o lugar da linguagem na cultura e na sociedade deve ser descrito” (HYMES, 1964, p. 2-3).

Sobre a noção de contexto, visiono um percurso que se inicia na etnografia da comunicação, já na transposição da centralidade dos estudos de linguagem da forma linguística para os hábitos comunicativos (HYMES, 1964), ampliando-se, epistemicamente, por dimensões relacionadas à comunicação, com a propositura do acróstico SPEAKING⁷ (HYMES, 1972a), que, ao tratar de oito componentes presentes na fala, inspirou reflexões atinentes ao contexto, e, por conseguinte, à interação, a partir da concepção de que o contexto, negociado na intersubjetividade, engloba perspectivas sociológicas, antropológicas e, em especial, sociocognitivas.

Logo assumo que o contexto (i) é “responsável por evocar a interpretação” (GOODWIN; DURANTI, [1992] 1997, p. 3); (ii) é, sob a ótica goffmaniana, “*frame* que cerca o evento a ser examinado e dispõe de recursos para a sua adequada interpretação (GOODWIN; DURANTI, [1992] 1997, p. 3); (iii) é, sob a ótica gumperziana, um conceito fundamental para investigações relativas a atores sociais, que atuam no mundo (GOODWIN; DURANTI, [1992] 1997); (iv) “é tanto revelado quanto constituído pelas ações [dos sujeitos]” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2016, p. 113); (v) é a dimensão em que as (inter)ações e as inferências dos interagentes com base em “conhecimentos, crenças, desejos, preferências, atitudes, sentimentos e emoções” podem ser analisadas (VAN DIJK, 1977, p. 220); e (vi) é único, pessoal e subjetivo (com restrições objetivas), exprime opiniões e emoções, integra a memória episódica e social, e se relaciona a uma rotina (VAN DIJK, 2012).

Sobre o conceito de comunidade de fala, Hymes (1972a), ao considerar a partilha de regras gramaticais insuficiente para a constituição de uma comunidade, propôs o conceito, em viés mais social que linguístico, para se referir a “uma comunidade que compartilha [ao mesmo tempo] regras para a conduta e para a interpretação da fala, e regras para a interpretação de, pelo menos, uma variedade linguística” (HYMES, 1972a, p. 54). Mesmo com os avanços do construto – contemplar os contextos de uso –, a alusão a um domínio exclusivamente verbal e comunicativo inspira a emergência do conceito de comunidade de prática (WENGER, 1998), que consiste no engajamento de membros de dada comunidade a uma tarefa comum, a fim de desvelarem conjuntamente os sentidos decorrentes de tal tarefa. O foco transita entre a materialidade linguística, as condutas sociais e as ações coconstruídas em sociedade.

Sobre a competência comunicativa, Hymes (1972b), a partir do acróstico SPEAKING, cunhou a expressão, que tinha, antes de tudo, uma proposta de trazer outras nuances não contempladas pela noção de competência linguística. Em outras palavras, Hymes (1972b) considerava não bastar à criança reconhecer, na aquisição de sua língua, o que é (a)gramatical, mas o que, em eventos de fala situados em dada cultura, é possível, viável, aceitável e realizável.

Transcendendo essa dimensão, inegavelmente importante (porém insuficiente), Kramsch (1986), em um trabalho pioneiro, situa que a competência interacional emerge de algumas lacunas no ensino de línguas estrangeiras que primam por desenvolver a competência comunicativa. A competência interacional oferece a possibilidade de o estudante, a partir de atividades pedagógicas, conquistar a verdadeira emancipação; abre espaço da *ditadura de fórmulas* para a negociação intercultural

⁶ Ambas as preocupações pareciam trazer ressonâncias das noções de contexto de situação (a situação em que o texto era enunciado) e de contexto de cultura (a cultura em que o texto se situava), tratadas na experiência etnográfica de Malinowski (1923).

⁷ Contexto situacional (*situation*), participantes (*participants*), finalidade discursiva (*ends*), atos de fala (*act sequence*), ajustes discursivos (*key*), recursos linguísticos (*instrumentalities*), normas interacionais (*norms of interaction*) e gêneros discursivos (*genres*) (HYMES, 1972a, traduzido e adaptado).

(KRAMSCH, 1986); e relaciona-se à construção mútua e recíproca de nossas enunciações (YOUNG, 2008, 2011), ao desvelamento de semioses (não) verbais, ao construto mental partilhado que permeia a atividade interativa, às práticas discursivas inscritas em contextos sócio-históricos (YOUNG, 2011), e à negociação de recursos identitários, linguísticos e interacionais (YOUNG, 2008).

Enquanto a competência comunicativa prima por dar centralidade ao enunciador (que enuncia algo possível, viável, aceitável e realizável), a competência interacional, em ampliação epistêmica, dá centralidade à construção conjunta de sentidos em práticas discursivas situadas. Nesse sentido, assumo que a competência comunicativa está prevista na competência interacional (e não o contrário), com a ressalva de que aquilo que é possível, viável, aceitável e realizável não é avaliado linearmente, mas é negociado no curso da interação.

2.4 “ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS”

Como terceiro marco, Gumperz (1982), ao tratar da diversidade linguístico-cultural e da comunicação humana, se dedicou ao estudo das pistas contextualizadoras e das inferências conversacionais, ao considerar que sinalizamos e interpretamos nossos propósitos comunicativos por meio de tais pistas, que se ancoram a dado contexto; e a inferência, em linhas gerais, se relacionaria ao “processo de interpretação situado ou vinculado ao contexto, por meio do qual os participantes, em uma conversa, avaliam as intenções dos outros e baseiam suas respostas” (GUMPERZ, 1982, p. 153).

Friso que, “embora tais pistas sejam portadoras de informação, os sentidos são expressos como parte do processo interativo” (GUMPERZ, 1982, p. 131), e “seu peso interpretativo é muito maior que seu significado linguístico conforme medido pelas técnicas comuns da gramática contrastiva” (GUMPERZ, 1982, p. 150). A meu ver, essa passagem se torna central para a propositura de um contínuo comunicar-interagir, de forma que a primeira instância esteja vinculada ao potencial semântico que as pistas recebem (culturalmente), como parte do processo interativo; e a segunda, de fato, alcance uma instância pragmático-discursiva, já que, mesmo havendo um plano de potencialidades (semânticas), o sentido só se constrói nas instâncias da interação, as quais acionam domínios metapragmáticos (SILVERSTEIN, 1979; SIGNORINI, 2008; BLOMMAERT, 2014) e conferem à Sociolinguística Interacional o estatuto de método (GUMPERZ, 1999), temáticas que discutirei neste bloco.

A interação “é capaz de indicar que toda empreitada ou ação do sujeito no mundo se inscreve num quadro social, submete-se às regras de gestão histórico-cultural [e] não é nunca ideologicamente neutra” (MORATO, [2004] 2007, p. 316). No campo linguístico-discursivo, as ideologias linguísticas – “crenças, ideias, visões e percepções sobre a linguagem e comunicação” – permitem aos atores sociais desempenharem significados por meio de recursos semióticos em “um campo regimentado no qual as ideologias linguísticas produzem estabilidade e capacidade de reconhecimento” (BLOMMAERT, 2014, p. 68-69). Na medida em que interagimos, estamos formando uma camada metapragmática que congrega aspectos linguísticos, sociais e culturais (BLOMMAERT, 2014), ou, ainda, linguístico-discursivos e político-ideológicos (SIGNORINI, 2008).

Ao nos comunicarmos, “não apenas nos comunicamos *em* nossa comunicação, mas também *sobre* nossa comunicação: sempre identificamos significados indexicais (ideológicos) social e culturalmente compartilhados” (grifos do autor), já que “qualquer configuração linguística é potencialmente indexical” (SILVERSTEIN, 1979, p. 206). No uso da linguagem, “as pessoas não apenas falam, ou referem-se ao mundo “lá fora” – fora da linguagem – elas também pressupõem (ou refletem) e criam (ou modelam) boa parte da realidade social” (SILVERSTEIN, 1979, p. 194).

Em outras palavras, é no uso da linguagem que as configurações linguísticas convocam instâncias sociais, culturais, políticas, ideológicas, comunicativas e discursivas, uma vez que, cotidianamente, não estamos apenas comunicando em nossa comunicação, o que seria, por si só, a própria comunicação (o dizer algo a alguém), mas comunicando sobre nossa comunicação, o que faz emergir dimensões interacionais, pragmáticas e discursivas (o dizer algo a alguém é sempre carregado de outras camadas metapragmáticas).

Todo esse *cluster* teórico, em minha leitura, ganha robustez na obra *On interactional socio-linguistic method* (GUMPERZ, 1999), ao se considerar que a SI, ao focalizar “[...] a prática comunicativa como o lugar real onde as forças interacionais e sociais se fundem”, concebe que (i) interagir significa “[...] engajar-se em um processo contínuo de negociação [...]”; (ii) a questão central da área são as interpretações compartilhadas; e (iii) as análises sociolinguísticas devem, portanto, mostrar como os interagentes “usam a fala para alcançar seus objetivos comunicativos [...], concentrando-se no processo de atribuir sentido e nas assunções tácitas que subjazem à negociação de interpretações compartilhadas” (GUMPERZ, 1999, p. 454), fazendo com que a SI seja uma área de convergência epistêmica, ao congregar, pela própria natureza da interação, distintas perspectivas no campo da linguagem, da antropologia e da sociologia.

2.5 ENTRE O COMUNICAR E O INTERAGIR: UMA PROPOSTA

Neste ponto do texto, viso atender, parcialmente, ao objetivo lançado nas considerações iniciais, que consiste em sistematizar o contínuo comunicar-interagir emergente dos princípios teórico-analíticos da SI, para que, na próxima seção, eu possa propor algumas projeções epistêmicas para a LT. Para tanto, farei essa sistematização por meio do quadro seguinte:

Quadro 1 – Entre o comunicar e o interagir

Comunicar	Interagir
←	→
+ dado (formulaico)	+ negociável (fluido)
+ convencionalizado	+ subversivo
+ estável (menos móvel)	+ instável (mais móvel)
+ material (sistema de comunicação)	+ imaterial (indexicalidade social)
+ no âmbito das práticas (comun.)	+ no âmbito das forças (interac.)
+ no âmbito das situações (comun.)	+ no âmbito das condutas (interac.)
+ centrado no dito	+ contemplado para além do dito
+ <i>frame</i> conceptual / interpretativo	+ <i>frame</i> interpretativo / interacional
+ contexto (situacional/cultural)	+ contexto (sociocognitivo)
+ foco em prop. objetivas do contexto	+ foco em prop. subjetivas do contexto
+ sinalização (não)verbal	+ construção conjunta discursiva
+ significado (aquisição social)	+ sentido (emergente da interação)
+ projeção comunicativa (inteligibilidade)	+ projeção identitária e ideológica
+ do locutor para o interlocutor	+ entre interlocutores
+ linearizado	+ difuso
+ partilha de regras (com. de fala)	+ engajamento (com. de prática)
+ analista social (compet. comunic.)	+ sujeito emancipado (compet. interac.)

(continuação Quadro 1)

+ centralidade ao enunciador	+ centralidade à ação conjunta
+ receptor/processador de informações	+ co-produtor de sentidos
+ pistas portam informação	+ sujeitos atribuem sentidos às pistas
+ pressuposição (<i>a priori</i>)	+ ação no curso da interação
+ previsibilidade	+ imprevisibilidade
+ comunicar em nossa comunicação	+ comunicar sobre nossa comunicação
+ semântico	+ pragmático/discursivo

Fonte: elaborado pelo autor.

3 PROJEÇÕES EPISTÊMICAS PARA A LT: ENTRE O COMUNICAR E O INTERAGIR

Fazendo referência ao Quadro 1, sintetizo que o comunicar se situa mais no domínio da previsibilidade, das fórmulas (comunicativas), das pressuposições, da estabilidade, da mútua inteligibilidade e da partilha de regras sociais; ao passo que o interagir, no domínio da imprevisibilidade, das negociações (intersubjetivas), das ações (interlocutivas), da instabilidade, da projeção identitária e ideológica, e do engajamento em práticas sociais. Entretanto, friso que a linha vertical pontilhada confere à leitura uma ideia de contínuo (gradação).

3.1 O PERCURSO DA PESQUISA

Como almejo, desse contínuo comunicar-interagir, trazer algumas projeções epistêmicas para a LT, selecionei duas obras do tipo “Introdução à Linguística Textual”, a fim de que, a partir do conteúdo de tais obras, eu pudesse listar temáticas que, de alguma forma, se relacionassem com o objetivo desta pesquisa. Minha seleção se deu por mais dois critérios: a obra pertencesse a autores reconhecidos (e, portanto, bastante lidos); e a afiliação teórica destes fosse próxima à que defendo neste trabalho.

A partir da seleção, fiz a leitura integral das duas obras a serem apresentadas na sequência, fazendo “recortes” de passagens que inspirassem alguma inserção comunicativa ou interacional. Das duas obras, chego a duas temáticas para projeção epistêmica: os conceitos de gênero discursivo e de texto; e os princípios analíticos da LT. Em tempo, acrescento que, para não alongar demasiadamente a análise, não transcrevo esses trechos.

3.2 OS CONCEITOS DE GÊNERO DISCURSIVO E DE TEXTO

No que tange ao gênero discursivo, afiliamo-nos, antes de tudo, a uma perspectiva sócio-histórica e dialógica, a qual concebe o gênero como forma-padrão relativamente estável, composto por plano composicional, conteúdo temático e estilo (BAKHTIN, [1992] 2010). O construto bakhtiniano abre espaço para perspectivarmos, entre o comunicar e o interagir, ações que oscilam entre o previsível e o imprevisível. A forma padrão, o plano composicional e o conteúdo temático, como componentes mais objetivos-estáticos e cognitivamente previsíveis, bem como a relativa estabilidade e o estilo, como componentes mais subjetivos-dinâmicos e cognitivamente possíveis (ALBUQUERQUE, 2017), parecem se associar, respectivamente, a instâncias comunicativas e

interacionais, já que os primeiros, na aquisição da competência metagenérica,⁸ tendem a ser mais formulaicos, dados e convencionalizados, diferentemente dos demais – mais negociados, fluidos e subversivos.

Os conceitos de competência metagenérica e de competência sociocomunicativa se entrecruzam em Koch ([2004] 2015), correspondendo às avaliações que fazemos, no interior de nossas práticas sociais, quanto à (in)adequação dos gêneros aos quais nos engajamos. Com uma relação indiscutivelmente imbricada, um texto pertence a dado gênero discursivo, o qual se instancia em seu domínio discursivo, com a ressalva de que, em nossa concepção, texto transcende sua materialidade: é “uma ocorrência comunicativa” (MARCUSCHI, [1983] 2012, p. 29); “lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos” (KOCH, [2004] 2015, p. 12); “um evento comunicativo, que ganha existência dentro de um processo interacional” (KOCH; ELIAS, [2009] 2012, p. 13).

Valendo-me da metáfora do *iceberg*, de que “todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente” (KOCH, [1997] 2011, p. 30), sustento, assim, que a materialidade do texto é a superfície exposta, enquanto as dimensões discursivas, pragmáticas, cognitivas e interacionais, assim como o próprio texto (pois nem tudo é textualmente materializável), são a área submersa. Além disso, encapsulando os conceitos de gêneros discursivos e texto, destaco que, graças ao contato constante com determinados gêneros, adquirimos uma competência que se instancia, inicialmente, no âmbito da comunicação (adquirimos fórmulas a serem potencialmente utilizadas na interação), mas que, no texto concreto (no uso), convoca-nos a flexibilizar, adaptar, ajustar, reiterar tais fórmulas para a situação interlocutiva (no âmbito, portanto, da interação).

3.3 OS PRINCÍPIOS TEÓRICO-ANALÍTICOS DA LT

Inspirada no próprio Beaugrande (1997), Koch ([2004] 2015, p. 160) avalia ser incoerente a denominação “padrões de textualidade”, dada por Beaugrande e Dressler (1981), uma vez que “os princípios de construção de sentidos”, como oportunamente denominou, não deveriam “ser vistos como critérios ou padrões que um texto deve satisfazer, mas como um conjunto de condições que orienta cognitivamente a produção de um evento interacionalmente comunicativo”.

Tal proposta, ao encontro de uma agenda sociointeracional, retira a centralidade dos sentidos da materialidade do texto (a ideia de injunção abre espaço para a orientação), insere sujeitos perspectivados para a construção de tais sentidos e situa dimensões comunicativas e interacionais (o evento é comunicativo; a comunicação, interacional), de modo que essa reconfiguração conceitual abra espaço para um estatuto interacional que privilegia pistas contextualizadoras em negociação, uma vez que o texto traz vestígios para que os interagentes, a partir dos enquadres (*frames*), negociem sentidos e, por conseguinte, se perspectivem identitária e ideologicamente (*footing*).

Ainda a respeito dos “padrões de textualidade” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981), sintetizo-os no quadro seguinte.

⁸ A competência metagenérica diz respeito às nossas experiências sociais de leitura e de escrita em dado gênero discursivo (KOCH, [2004] 2015).

Quadro 2 – Padrões de textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1981)

Padrão de textualidade	Definição por Beaugrande e Dressler (1981)
Coesão diz respeito às...	“... formas como os componentes do texto de superfície [...] estão mutuamente conectados dentro de uma sequência” (p. 3).
Coerência diz respeito às...	“... formas como os componentes do mundo do texto [...] são mutuamente acessíveis e relevantes” (p. 4).
Intencionalidade diz respeito à...	“... atitude do produtor de texto de que o conjunto de ocorrências deve constituir um texto coeso e coerente instrumental no cumprimento das intenções do produtor” (p. 7).
Aceitabilidade diz respeito à...	“... atitude do receptor de texto de que o conjunto de ocorrências deve constituir um texto coeso e coerente com alguma utilidade ou relevância para o receptor” (p. 7).
Informatividade diz respeito à...	“... extensão em que as ocorrências do texto apresentado são esperadas/inesperadas ou conhecidas/desconhecidas” (p. 8-9).
Situacionalidade diz respeito aos...	“... fatores que tornam um texto relevante para uma situação de ocorrência” (p. 9).
Intertextualidade diz respeito aos...	“... fatores que tornam a utilização de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos encontrados anteriormente” (p. 10).

Fonte: elaborado pelo autor, com base no texto original.

Koch ([2004] 2015) sistematiza duas críticas feitas a essa propositura. A primeira delas é a de que não faz sentido dividir coesão e coerência (centradas no texto) e demais fatores (centrados no usuário), já que todos os fatores estariam centrados em ambos. A segunda delas é a de que a coerência não estaria no mesmo plano dos demais fatores, mas funcionaria como a confluência de todos eles, sendo resultado “de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa, para a qual contribuem, de maneira relevante, todos os fatores [...]” (KOCH, [2004] 2015, p. 52). Instigado por essas reflexões, apresento uma terceira – perpassando as outras duas –, que seria: que impactos a noção de interação promoveria em todos esses princípios de construção textual dos sentidos?

Sobre a primeira crítica, penso que a própria abordagem – sociointeracional, sociocognitiva e pragmática – já colabore com o apontamento de Koch ([2004] 2015), uma vez que a materialidade textual, por si só, não tem autonomia (na constituição dos sentidos), mas, ao mesmo tempo, fornece vestígios para que os atores sociais, inscritos em dada prática social, desvelem conjuntamente os sentidos. Tais atores frente ao texto (tanto na produção quanto na interlocução) são, respectivamente, interagentes, estratégicos e usuários da língua(gem). Ao ler um cardápio, a coerência pode se estabelecer pela lembrança gustativa de determinados alimentos, pelo preço cobrado por tais produtos e pela avaliação do que escolher para comer ou beber. Ao querer ir embora do restaurante, a coesão pode se estabelecer por um referente tipicamente comum nas práticas sociais brasileiras: um sinal que simula pegar uma caneta e rabiscar no ar representando “a conta por favor”.

Assim como garantem Koch e Elias ([2006] 2008, p. 184), “a coerência não está no texto [...], mas no efetivo processo de **interação com o autor e o texto**, baseados nas pistas que nos são dadas e nos conhecimentos que possuímos, que construímos a coerência” (grifos da autora). A coesão referencial e a coesão sequencial “são determinantes para a produção dos sentidos e, portanto, para a construção da coerência” (KOCH, [2004] 2015, p. 54-55). Em suma, os sentidos não são estabelecidos na materialidade textual, mas coconstruídos, por meio das pistas (con)textuais, nas instâncias da interação. De igual modo, avalio que a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade não estariam plenamente centradas no usuário, já que este, para interagir, precisa sinalizar no texto, respectivamente, suas intenções, seu “aceite”, o teor (dado-novo) de suas informações, a situação de ocorrência e os textos prévios ancorados no texto atual.

Tradicionalmente associada à “forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um tecido (tessitura)” (KOCH, [2004] 2015, p. 45), a coesão, para Beaugrande e Dressler (1981), assume uma função sintática na comunicação, o que não é incoerente (embora limitado) à nossa proposta. Além de sua função sintática, a elipse, por exemplo, assume função discursiva no texto, uma vez que o produtor, em função de suas intenções, pode suprimir um termo e, mesmo assim, garantir coesão pela manutenção temática e, ainda, pelo encadeamento de enunciados por justaposição, que ocorre quando estabelecemos “relações semânticas ou discursivas sem a presença explícita de uma conjunção” (KOCH; ELIAS, [2009] 2012, p. 186).

Trazendo à tona uma nuance interacional, os sujeitos, em situações interlocutivas, coconstroem sentidos e, por essa razão, preenchem os “vazios naturais” (ANTUNES, 2009) do texto, o que significa que, quanto à coesão, possam avaliar se a elipse é adequada para dada interação, já que ela, em tese, gera maior sobrecarga inferencial quando comparada a um encadeamento de enunciados por conexão (conjunção explicitada). Além disso, o sujeito, quanto mais emancipado for na prática social em questão (ou seja, quanto mais competência interacional tiver), menor será a sua dependência no que tange a estratégias textuais mais explícitas.

A coesão ainda pode ser dividida em referencial (ligada à dinâmica dos objetos-de-discurso⁹) e sequencial (ligada à continuidade dos sentidos). Na coesão referencial, a atividade referencial transcende a localização de um segmento linguístico e a elaboração da informação, mas se projeta como uma “(re)construção interativa do próprio real” (KOCH, [2004] 2015, p. 65-66), ou ainda, uma ação que não se dá ao bel-prazer do locutor, mas em conjunto com o interlocutor (CAVALCANTE *et al.*, 2014). Com isso, podemos visionar, no processo de referenciação, as dimensões linguística (referência a dado termo antecedente), comunicativa (manutenção de uma contiguidade temática) e interacional (perspectivação no contexto de copresença); e sugerir que esta se articule com o acionamento de *frames* interacionais, a negociação de pistas contextuais (pelo caráter inferencial que permeia o desvelar sentidos) e a manutenção de dado *footing* (pela projeção ideológica e identitária em jogo). Uma manchete de jornal, especialmente as que anunciam uma notícia sobre política, não só seleciona um objeto-de-discurso X (em alusão a um atributo socialmente positivo ou negativo), mas põe em perspectiva autor e leitores, possibilitando, por meio das pistas (con)textuais (para além da manchete), enquadres e alinhamentos particulares.

Na coesão sequencial, a atividade de continuidade se volta para os planos: (a) referencial, pela tessitura formada por cadeias referenciais, que conferem (também) progressão temática; (b) temático, pela associação de termos pertencentes a um mesmo campo semântico (inscritos em um mesmo *frame* conceptual); e (c) tópico, pela manutenção do supertópico e de seus quadros tópicos (KOCH, [2004] 2015). Ao produzirmos dado texto, conforme assumem Albuquerque e Diefenthaler (2021, p. 4), necessitamos de “uma base referencial em sincrônica negociação [dos interagentes]”, o que, por analogia, inspiraria perspectivar uma base temática e tópica a ser negociada, instanciando a coesão entre o comunicar (base semântica para o interagir – mais dado, formulaico e convencional) e o interagir (construção conjunta – mais negociável, fluido e subversivo).

Ao associarem coerência tão somente “ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, [2004] 2015, p. 49), Beaugrande e Dressler (1981) caem em uma armadilha que eles mesmos lançaram: conferir à coerência um atributo exclusivamente textual. Marcuschi ([1983] 2012, p. 77), em outro enquadre

⁹ Mondada e Dubois (1995) concebem ser apropriada a substituição de “referente” por “objetos-de-discurso”, dado que, socialmente, as práticas de referenciação são decorrentes de uma construção de objetos cognitivos e discursivos instanciados na interação.

teórico, exemplifica que, apesar de a expressão “Crianças brincando”, na imanência do sistema linguístico, ser clara e bem definida (em termos informacionais), ela veicula ainda mais sentidos como advertência de tráfego, constatando que “sua realização textual exige, mais do que as noções de significante/significado, também a vivência sociocultural”. Tais sentidos são estabelecidos não pela superfície textual, mas pelo gênero, que enquadra e alinha sujeitos (inter)acionais.

Os princípios intencionalidade e aceitabilidade, centralizados, respectivamente, no locutor e no interlocutor, incluem “as atitudes d[esses] usuários de texto entre os padrões de textualidade” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 113). Referem-se, na sequência, às necessidades de “[...] distribuir conhecimento ou atingir uma meta especificada em um plano [...]” e de “[...] adquirir conhecimento ou fornecer cooperação em um plano [...]” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 7-8), ou ainda, “[...] aos diversos modos como os sujeitos usam o texto para perseguir e realizar suas intenções comunicativas [...]” e “[...] à concordância do parceiro em entrar num ‘jogo de atuação comunicativa’ e agir de acordo com suas regras [...]” (KOCH, [2004] 2015, p. 50).

Esses dois princípios, tal qual apresentados pelos autores (1981), fazem alusão a uma instância mais comunicativa, cujo foco está na mútua compreensão, na linearidade entre o que se pretende fazer e o que, em termos informacionais, se processa dessa pretensão. Associam-se, assim como destacaram Beaugrande e Dressler (1981), ao Princípio Cooperativo e às Máximas Conversacionais gricianas, e, por essa razão, vinculam-se a uma expectativa de que as interações são verdadeiras, claras, objetivas e livres de mal-entendidos.

Para que se alcance uma dimensão mais interacional, o que seria fabuloso para a LT, seria preciso romper com os limites territoriais entre quem intenciona e quem aceita, assim como conceber que as interações nem sempre são harmônicas e que nos valem de estratégias para compensar a desarmonia ou intensificá-la, consoante os nossos objetivos. Há muito espaço, no que tange a tais princípios, para investigarmos mal-entendidos (e não entendidos), (des)alinhamento de *frames* e de *footings* etc.

Quanto à informatividade, Beaugrande e Dressler (1981) afirmam ser “problemático” um texto ser excessivamente informativo, por dificultar o processamento de informações e colocar a comunicação em risco, assim como ser menos informativo, por causar perturbação, tédio e até rejeição do texto. Sobre esse princípio, avalio que sua instância se dá mais no âmbito do comunicar, sobretudo pelo foco dado à extensão da mensagem.

Em um âmbito mais interacional, trago algumas reflexões a seguir: a informatividade (i) evoca certa vagueza, que deve ser, evidentemente, compensada por avaliações intracognitivas e intercognitivas (tanto o usuário por si próprio quanto o usuário no gênero a que se inscreve) e negociada nas instâncias interacionais; (ii) não se aplica em caráter universal, dado não ser a informatividade prevista em todo e qualquer gênero, como é o caso, por exemplo, do poema (ele não se presta a essa função comunicativa); (iii) precisa estar relacionada ao gênero, pois pode não ser adequado um excesso de informações em uma piada e em uma narrativa de suspense, tampouco uma economia de informações em um manual de instrução; e (iv) pode ser, estrategicamente, reduzida em sequências linguísticas circunstanciais e apositivas, como no caso de expressões adverbiais e apostos demasiadamente longos, para que não se prejudique a leitura.

Ao trazer a expressão “Devagar, crianças brincando”, Beaugrande e Dressler (1981) ilustram como a situacionalidade pode afetar os sentidos, uma vez que, por ser uma placa de trânsito, dificilmente as pessoas infeririam se tratar de crianças com alguma deficiência física ou mental, ou os pedestres julgariam ser uma informação relevante para eles mesmos. Pela própria prática social, avançam os autores (1981), não seria apropriada uma placa de trânsito com as informações “Os motoristas devem andar devagar, pois crianças estão brincando nas proximidades e podem correr

para a rua”, uma vez que os motoristas não poderiam dedicar atenção a um enunciado tão extenso. A situacionalidade é (da situação para o texto) “uma designação geral para os fatores que tornam um texto relevante para uma situação de ocorrência atual ou recuperável” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 163), mas, em outra direção (do texto para a situação), “é preciso lembrar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real” (KOCH, [2004] 2015, p. 50).

Em breve incursão interacional, Beaugrande e Dressler (1981, p. 163) destacam que “muito raramente os efeitos de um ambiente situacional são exercidos sem mediação: na medida em que alguém alimenta suas próprias crenças e objetivos em seu modelo da situação comunicativa atual”, o que nos inspira a pensar que talvez o conceito de contexto (que abarca a situacionalidade, mas, sem dúvida, a transcende) fosse mais adequado, especialmente por focalizar domínios discursivos, sobretudo no que diz respeito às identidades e às ideologias, e, com essa ampliação, prever os constantes (re)enquadres e (re)alinhamentos, ao encontro do que o próprio exemplo (da placa de trânsito) evidencia.

A intertextualidade, por fim, “compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores” (KOCH, [2004] 2015, p. 51). Beaugrande e Dressler (1981), ainda no exemplo das placas de trânsito, ilustram uma situação fortemente empírica envolvendo a intertextualidade: ao vermos a placa “retome a velocidade”, ela só fará sentido se tivermos passado por uma que peça para se reduzir a velocidade.

A intertextualidade depende também da mediação (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 163) e, em minha leitura, do processo inferencial (processamento de pistas), já que intertextualidades implícitas necessitam, potencialmente, de maior mediação, para que se construa o provável sentido pretendido pelo interlocutor. Os *frames* conceptuais e os conhecimentos de mundo são, portanto, essenciais para o processo inferencial. O efeito de humor, em paródias, por exemplo, pode estar fortemente centralizado nas pistas encontradas em um texto previamente conhecido dos interagentes, como é, frequentemente, o caso dos memes.

Por fim, concordamos com Koch ([2004] 2015) que a coerência funciona, em relação aos outros princípios, como uma confluência de todos os princípios (como hipertermo encapsulador). Incluímos, ainda, que a própria noção de texto perpassa a noção de coerência, como é frequentemente sinalizado em LT (noção de texto e coerência); e que todos os outros princípios, ao mesmo tempo, convergem, em uma instância comunicativa e interacional, para os sentidos (i) construídos na progressão referencial e sequencial (coesão); (ii) negociados pelos interagentes (intencionalidade e aceitabilidade); (iii) estrategicamente elaborados em função da situação interlocutiva (informatividade); (iv) contextualmente situados (situacionalidade); e (v) recuperados em outras interações (intertextualidade).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MUITO A SE PERSPECTIVAR

Após esse longo percurso – da história da LT e dos sucessivos giros epistêmicos que fizeram emergir uma abordagem sociointeracional, sociocognitiva e pragmática –, chego ao fim deste texto com a sensação de que ainda há muito o que se desbravar. Confesso que não tinha dimensão exata desse ousado anseio investigativo de sintetizar o quadro teórico da SI, propor um contínuo comunicar-interagir e, ainda, ter a expectativa de contribuir minimamente com a LT.

Como pesquisar, no âmbito qualitativo, é trazer uma perspectiva, trago aqui a minha, que de longe se universalizaria na esfera acadêmica. De modo geral, percebo que as noções de texto e de

gêneros já se ancoram em um paradigma interacional, sem perder de vista um domínio comunicativo, diferentemente dos padrões de textualidade, que se mantêm ainda em um viés bastante semântico e comunicativo, focalizando um mundo textual, muitas vezes, desconectado do mundo social.

Sugiro que as noções de comunidade (fala e prática), de competência (comunicativa e interacional), de *frames*, de pistas contextualizadoras e de *footing* possam colaborar para uma (re)configuração dos princípios de construção textual dos sentidos, a partir do gênero discursivo no qual o texto se inscreve. Portanto, a minha proposta consiste em, além de tomar a SI como método, dar centralidade ao gênero, como a gênese da interação, a fim de que ele próprio possa: (i) favorecer o desenvolvimento da autonomia e da emancipação linguístico-discursiva, adotando como ponto de partida situações comunicativas comuns a dada comunidade; (ii) perspectivar e enquadrar interlocutores em dado contexto; e (iii) direcioná-los para construir sentidos coletivamente, tanto desvelando as pistas enunciadas e enunciando pistas a serem desveladas, quanto construindo uma camada metapragmática comum.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. A noção de gêneros textuais no ensino de português brasileiro como língua adicional (PBLA): por uma prática centrada na cena genérica. In: SILVA, F. C. O.; VILARINHO, M. M. O. (org.). *O que a distância revela: diálogos em português brasileiro como língua adicional*. Brasília: UAB, 2017.
- ALBUQUERQUE, R.; DIEFENTHÄLER, J. M. Tessituras referenciais na orientação argumentativa e temática: a (des)focalização na produção escrita de uma reportagem. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 43, n. 1, p. 1-12, jan./june 2021.
- ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Traduzido por Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, [1992] 2010.
- BATESON, G. A theory of play and fantasy. In: BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. London: Jason Aronson, [1972] 1987.
- BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society*. Norwood/New Jersey: Alex, 1997.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. UK: Longman, 1981.
- BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CONTE, M. E. *La Linguística testuale*. Milão: Feltrinelli Econômica, 1977.
- FABRÍCIO, B. F. Apresentação. In: FABRÍCIO, B. F. (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

- GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. UK: Penguin University Books, 1967.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, [1979] 2002.
- GOFFMAN, E. *Frame Analysis*. New York: Harper & Row, 1974.
- GOFFMAN, E. The interaction order: american sociological association, 1982 presidential address. *American Sociological Review*, v. 48, p. 1-17, 1983.
- GOFFMAN, E. The neglected situation. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6 (parte 2), p. 133-136, 1964.
- GOODWIN, C.; DURANTI, A. *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, [1992] 1997.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ, J. J. On interactional sociolinguistic method. In: SARANGI, S.; ROBERTS, C. *Talk, work and institutional order: discourse in medical, mediation and management settings*. New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 453-471.
- HYMES, D. Introduction: toward ethnographies of communication. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, p. 1-34, 1964.
- HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (ed.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Reinhart and Winston, 1972a.
- HYMES, D. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (ed.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972b.
- KOCH, I. V. *As tramas do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, [2008] 2014.
- KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortez, [2002] 2015.
- KOCH, I. V. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, [2004] 2015.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, [1997] 2011.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, [2006] 2008.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, [2009] 2012.
- KRAMSCH, C. From language proficiency to interactional Competence. *The Modern Language Journal*, v. 90, n. 2, p. 366-72, 1986.
- MALINOWSKI, B. The problem of meaning in primitive languages. In: ODGEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning*. New York: Harcourt Brace & World, 1923. p. 296-336.

- MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola Editorial, [1983] 2012.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation, *Tranel.*, v. 23, p. 273-302, 1995.
- MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, [2004] 2007.
- MORATO, E. M. A noção de frame no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? *Cadernos de Letras da UFF*, n. 41, p. 93-113, 2010.
- OLIVEIRA, M. C. L.; PEREIRA, M. G. D. A sociolinguística e os estudos da interação. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JÚNIOR, C. (org.). *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I. (org.). *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P. R.; HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. L. (org.). *The elements: a parasession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 193-247, 1979.
- TANNEN, D.; WALLAT, C. Iterative frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview. *Social Psychology Quarterly*, v. 50, n. 2, p. 205-216, 1987.
- VAN DIJK, T. A. Context and cognition: knowledge frames and speech act comprehension. *Journal of Pragmatics*, v. 1, p. 211-231, 1977.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.
- WENGER, E. Communities of practice: learning as a Social System. *The Systems Thinker*, v. 9, n. 5, p. 1-12, 1998.
- YOUNG, R. F. Interactional competence in language learning, teaching, and testing. In: HINKEL, E. (ed.). *Handbook of research in second language teaching and learning*. London/New York: Routledge, 2011. v. 2.
- YOUNG, R. F. *Language and interaction: an advanced resource book*. London/New York: Routledge, 2008.